



a Voz do Operário

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco

ANO 137 NÚMERO 3035 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA

JULHO/AGOSTO 2016 DIRETOR MANUEL AUGUSTO ARAÚJO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Prepara-se o novo ano letivo



Nos espaços educativos de A Voz do Operário prepara-se o próximo ano letivo, em que uma nova creche entrará em funcionamento na Ajuda, enquanto na Graça mais duas turmas vão funcionar. Entretanto,

um protocolo entre A Voz e a Manutenção Militar, EPE está a ser elaborado com vista a manter em funcionamento a creche e o pré-escolar da Manutenção Militar, em Xabregas. **pág. 3**



Entrevista José Manuel Oliveira

“Apesar de existirem mais de uma centena de empresas de transporte rodoviário, estas estão concentradas em três grupos”. José Manuel Oliveira, coordenador da Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações (Fectrans), fala da necessidade de um plano nacional de transportes e de um forte setor público “porque as empresas funcionam em função de si próprias, dos seus lucros e não das necessidades das populações”. **págs 8 e 9**

Defender a escola pública é defender a Constituição

págs. 6 e 7



Governo PS

As legislativas de 2015 ditaram o fim da maioria absoluta dos partidos de direita (PSD e CDS), na Assembleia da República e, em resposta ao repto lançado pelo PCP na noite eleitoral, o PS formou Governo depois de assumir compromissos com o BE, o PCP e o PEV. O balanço da governação socialista tem nota positiva, mas baixinha. E os portugueses esperam mais. **pág. 11**



Espanha

Sem que nenhuma força política tivesse alcançado a maioria necessária para formar governo, Espanha continua à procura de uma solução política. O Partido Popular voltou a vencer o escrutínio, mas os votos que recolheu são insuficientes para ser governo com o Ciudadanos, o novo partido que foi o grande derrotado das eleições gerais no país vizinho. **pág. 13**



Sanções

As ameaças de sanções da União Europeia a Portugal por incumprimento do limite do défice “inserir-se numa nova fase do processo de integração capitalista na União Europeia, em que os valores propalados da solidariedade e cooperação entre Estados iguais em direitos e deveres deram lugar à aplicação de uma política neoliberal única” acusa a CGTP-IN. **pág. 16**

Editorial

Totalitarismo democrático

Num mundo ligeiro em que a espessura do pensamento é mais fina que uma folha de papel de arroz, a política um jogo que se quer viciado ao serviço dos grandes interesses económico-financeiros, a comunicação social a voz dos plutocratas seus donos que reproduzem com maior ou menor talento, o controlo de opinião feito por um plâncton de idiotas úteis, alguns inteligentes, cada cor seu paladar em que o paladar pouco se altera e a cor dominante é o cinzento, multiplica-se a invenção de frases coloridas como bolas de sabão para simular que se vive num mundo muito variado que de facto é composto de poucas mudanças.

Na economia as crises estruturais não são radiografadas. Tudo se escolhe pelos sumidouros dos activos tóxicos, dos remédios, bancos bons e bancos maus e por aí fora, numa correria desordenada de frases feitas onde se encontram verdadeiras perolas como aquela do crescimento negativo.

Na política a cada esquina que se dobra tropeça-se no Brexit, no TINA (*There Is No Alternative*), nas lutas fracturantes, nos efeitos colaterais etc etc para que tudo pareça mudar para tudo continuar na mesma. Eleva-se à categoria de pensamento o thatcherismo, o reganismo, o blairismo como se tudo isso não fossem papéis amarrotados no caixote de lixo da história.

Constrói-se uma realidade de frases feitas que quer impor como realidade o fim da história, o fim da ideologia, o fim do mundo porque para eles não há outro mundo para lá deste. É um processo de pensamento minguante, de retrocesso social, de infantilização da política com um objectivo claro: não ser sequer possível pensar que é possível pensar uma sociedade outra. É o totalitarismo democrático imposto por uma ditadura de mediocres que manipula o presente para manter as rédeas do passado e do futuro nas mãos da plutocracia. Razão tinha Georges Orwell quando lucidamente denunciou que para se ser totalitário não é necessário viver numa sociedade ditatorial porque “quem controla o passado dirige o futuro e quem dirige o futuro controla o passado”.

Deve-se reconhecer que a direita vive um momento de vitória ideológica apesar das vitórias políticas da esquerda. Há que lutar todos os dias contra essa factualidade, mesmo quando vamos entrar no que eles chamam de *silly season*, como se as lutas sociais e políticas amolecem com o calor e fossem de férias. Há que fazer entrar pela janela a real realidade que eles atiram com contumácia porta fora.

Manuel Augusto Araújo

(Por opção o autor não observa as regras do AO)

a Voz do Operário

PROPRIEDADE SIB A Voz do Operário
Rua da Voz do Operário, n.º 13, 1100-620 Lisboa.
Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozooperario.pt
DIRETOR Manuel Augusto Araújo
CHEFE DE REDAÇÃO Ana Goulart
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho
COLABORADORES André Levy, António Santos, Bruno Carvalho, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Ilda Figueiredo, Lina Seabra-Diniz, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Rego Mendes, Sara Santos, Sandra Benfica, Sérgio Ribeiro
NÚMERO DE INSCRIÇÃO ICS 107759
IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
DEPÓSITO LEGAL 6394/84
TIRAGEM 4.000 exemplares



Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária

and

Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional

**ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA
DE IMPRENSA**

Continuar a crescer de forma sustentada

Como sempre acontece n'A Voz do Operário, os meses de maio e junho são de uma intensa atividade associativa, que contou com a mobilização dos nossos trabalhadores e de centenas de voluntários, designadamente em torno da marcha infantil e dos arraiais de A Voz do Operário, iniciativas mais uma vez coroadas de grande êxito.

As crianças da nossa marcha infantil tiveram brilhantes participações, a todos os títulos, enchendo de uma alegria contagiante o Pavilhão, a Avenida da Liberdade e outros pontos onde desfilaram, este ano com o tema “as crianças e o rio”.

O nosso arraial beneficiou dos arranjos que foram efetuados com muito trabalho voluntário e esteve de novo “à pinha”, com muita gente que conosco quis partilhar agradáveis momentos de convívio e confraternização, entre uma sardinha ou uma entremeada, um fado ou outra música com que os artistas convidados nos brindaram, lá se foram pondo as conversas em dia, falando sobre A Voz do Operário e também da situação do nosso país.

Neste ano de 2016, dedicado aos sócios e à sua aproximação a A Voz do Operário, tivemos em maio a Festa do Associativismo, onde entregámos os cartões de ouro aos sócios com 50 ou mais anos de associados.

As áreas da cultura e do desporto tiveram este ano um significativo incremento, com diversas iniciativas, que mobilizaram muita gente, com destaque para os muitos jovens que participaram nas diferentes iniciativas.

Foi criado a “sala associativa”, um espaço de confraternização onde os sócios poderão desenvolver atividades e reforçar a sua participação na vida de A Voz do Operário.

No “Terraço da Voz”, para além de uma deslumbrante vista sobre o Tejo, proporcionamos a quem nos visita um agradável convívio, com

petiscos, enquanto disfruta do europeu de futebol em ecrã gigante.

Prosseguiram os investimentos na melhoria das nossas instalações (o novo auditório está quase pronto) e apresentámos candidaturas ao orçamento participativo da Câmara Municipal de Lisboa, para os necessários investimentos no nosso Salão de Festas (nomeadamente de insonorização e climatização) que tornarão este espaço ainda mais apreciado e acolhedor, bem como no nosso balneário público, o qual carece de remodelação e modernização, âmbito em que prevemos a integração de uma lavanderia social.

Finalmente foi possível inaugurar mais um espaço educativo, uma nova creche na Ajuda, com capacidade para 86 crianças.

Existe a forte perspectiva de irmos a ter, já em setembro, a gestão de um novo equipamento, agora no Beato, com creche e pré-escolar.

Aproxima-se o período das merecidas férias, que se esperam retemperadoras, mas em que a atividade prossegue, desde já com a habitual iniciativa praia-campo, em que iremos proporcionar mais de 900 refeições diárias, no âmbito das parcerias estabelecidas com várias Juntas de Freguesia.

Está em curso a preparação de mais um ano letivo, prosseguindo as inscrições para todos os níveis: creche, pré-escolar, 1.º ciclo e 2.º ciclo.

Os elementos disponíveis apontam para um novo acréscimo do número de crianças, levando à abertura de novas turmas (para além, naturalmente, das dos novos equipamentos), pelo que começam a ser escassas as vagas disponíveis, mas mesmo assim apelamos a todos os que tenham ou conheçam quem tenha crianças em condições de frequentar as nossas valências, que se informem das vagas e no caso de existirem, que as matriculem n'A Voz do Operário, garantindo-lhes a qualidade e inovação do ensino ministrado, assente no Método da Escola Moderna (MEM), cujo princípio pedagógico visa aprofundar a participação cívica ativa, promovendo o interesse pelo conhecimento e pelo espírito crítico, o respeito pela diferença através da inclusão e a qualidade de vida no seio da comunidade escolar.

Neste âmbito, saliente-se que, com o envolvimento de toda a comunidade escolar, está a ser desenvolvido um muito importante trabalho, com o objetivo de rever e melhorar o “projeto educativo” para o próximo triénio.

Bem, e depois de toda esta azáfama, resta-me desejar a todos, sócios, trabalhadores e amigos de A Voz, um bom período de férias.

Manuel Figueiredo
Presidente da Direção

Prepara-se o novo ano letivo, com mais espaços e mais alunos



Terminadas as atividades letivas de 2015/2016, nos espaços educativos de A Voz do Operário prepara-se o próximo ano letivo, em que uma nova creche entrará em funcionamento na Ajuda, enquanto na Graça mais duas turmas vão funcionar. Entretanto, um protocolo entre A Voz e a Manutenção Militar, EPE está a ser elaborado com vista a manter em funcionamento a creche e o pré-escolar da Manutenção Militar, em Xabregas.

Com as habituais festas de encerramento do ano letivo, os alunos de A Voz deram a conhecer as aprendizagens feitas, os conhecimentos adquiridos, as cooperações desenvolvidas e as amizades guardadas. As festas foram também importantes momentos para o convívio e a confraternização entre alunos, docentes e não docentes, pais e encarrega-

dos de educação, num até já que marca a despedida da escola e a entrada nas merecidas férias.

Na primeira semana de setembro, muitos dos alunos dos espaços educativos de A Voz vão estar de regresso. São cerca de 1.150 os alunos que vão frequentar os agora sete espaços educativos – Ajuda (com o novo espaço b-a-ba de creche e mais salas de pré-escolar), Baixa da Banheira, Graça, Laranjeiro, Lavradio e Restelo -, no ano letivo 2016/2017. Outros vão prosseguir as aprendizagens noutras escolas. A todos ficam os votos de boas férias.

Nesta altura, as vagas nos espaços educativos de A Voz do Operário estão praticamente todas preenchidas, excetuando o 2.º ciclo no espaço da Graça e o 1.º ciclo no da Ajuda.

Entretanto, a Instituição foi contactada pela Manutenção Militar para assegurar a gestão da creche e pré-escola que a empresa pública tem em Xabregas e cujo encerramento estava previsto. As negociações com vista ao estabelecimento de um protocolo entre as duas entidades estão a decorrer, delas *A Voz do Operário* dará conta na edição de setembro.



Dia Mundial da Criança. No dia 1 de junho, A Voz do Operário (espaço da Graça) recebeu a visita do secretário-geral do Partido Comunista Português, Jerónimo de Sousa. O líder comunista foi entusiasticamente recebido pelos alunos, tendo visitado várias salas de aula, conversado com crianças e professores.



Campeonato Europeu de Futebol Mais de um milhar saúda vitória de Portugal

E foi assim (como a imagem ilustra) que o Campeonato Europeu de Futebol 2016 encerrou com chave de ouro n'A voz do Operário. Mais de um milhar de adeptos juntou-se no recreio do espaço educativo da Graça para assistir ao jogo que sagrou campeã a Seleção Portuguesa.

Ao longo de mais de um mês, primeiro no terraço, depois e à medida que a Seleção Nacional ia vencendo etapas, no recreio por ser maior, foram milhares os portugueses e os estrangeiros que vieram torcer pelas equipas dos respetivos

países, nos espaços de A Voz do Operário preparados para acolher a festa maior do futebol europeu.

Portugal consagrou-se campeão pela primeira vez desde que participa na competição e a alegria de quantos assistiram ao Portugal-França no recreio do espaço da Graça é impossível de descrever em dois escassos parágrafos, onde se impõe igualmente fazer referência a outros atletas lusos que marcaram a diferença no dia 10 de julho de 2016, em modalidades como o atletismo e o ciclismo.

Férias de verão 2016

Iniciado em julho, o Programa de Férias de Verão de A Voz do Operário tem inscrições abertas para o mês de agosto. Praia, passeios, cinema, jogos são algumas das propostas para ocupar os tempos livres de crianças e jovens dos seis aos 16 anos de idade.

Na primeira quinzena de agosto a manhã será passada em praias e o almoço (piquenique) e a tarde em parques e jardins da Área Metropolitana de Lisboa, de Oeiras a Tróia. Na segunda quinzena, as atividades desenvolvem-se sobretudo em Lisboa, com visitas a monumentos e outros locais da história da cidade, jogos e cinema. No dia 31 de agosto, o habitual Baile de Verão encerra o Programa de Férias.

As inscrições para a frequência do Programa de Férias em agosto encontram-se abertas e mais informações podem ser obtidas através do telefone 218 862 155. O programa decorre de segunda a sexta-feira entre as 9 e as 16,30 horas, havendo a possibilidade de frequência de atividades de tempos livres das 16,30 às 19,30 horas.

Alberto Fernandes Carvalho

Faleceu, no passado dia 26 de junho, Alberto Fernandes Carvalho (por todos conhecido como o senhor Carvalho) que foi trabalhador de A Voz do Operário, durante cerca de 40 anos.

À família e aos amigos, A Voz do Operário endereça sentidos pêsames, guardando na memória o trabalhador, associado e amigo de tantos anos da Instituição.



Festas de Lisboa O sucesso repetiu-se

Ao terminar o mês de junho, são muitos os dirigentes, trabalhadores, associados e amigos de A Voz que dificilmente conseguem disfarçar o cansaço. Porém, em todos os rostos há sorrisos abertos – o esforço coletivo mereceu novamente o reconhecimento de todos quantos viram desfilar a Marcha Infantil e passaram momentos animados no Arraial Beco de Lisboa. Balanço? Sucesso. Outra vez.

Depois de muitas horas, muitos dias e semanas (incluindo fins-de-semana) de coreografias e ensaios, de letras e músicas, de linhas e máquinas de costura, de arames e festões, vieram os dias do “nervoso miudinho”,

primeiro no Pavilhão Atlântico, depois na Avenida da Liberdade e em diversos outros desfiles para os quais a Marcha Infantil foi convidada. Este ano com “As crianças e o rio [Tejo]” como tema, a Marcha Infantil de A Voz do Operário voltou a encher de alegria e cor, todos os desfiles em que participou.

Outro sucesso que se repete ano após ano é o Arraial Beco de Lisboa, a que se junta o elétrico 28 que, durante três dias, estaciona na rua da Voz do Operário. Os petiscos, a música e a animação já conquistaram muitos lisboetas que durante as Festas de Lisboa escolhem o Beco de Lisboa para uma noite de animação e convívio.



Olisipiadas. A Tocha das Olisipiadas, festa do desporto infantil promovida pela Câmara Municipal de Lisboa, percorreu a freguesia de São Vicente, transportada pelos alunos de A Voz do Operário.



Rastreio de saúde. Uma equipa de enfermagem da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa esteve n'A Voz para um rastreio de saúde. Tensão arterial, glicémia e massa corporal foram medidos aos muitos associados e trabalhadores que passaram pelo rastreio em que a equipa de enfermagem prestou esclarecimentos e conselhos.

Tarde de festa e convívio

Numa iniciativa conjunta de A Voz do Operário e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, os utentes dos centros de convívio das duas instituições juntaram-se numa tarde de convívio, com marchas, cantigas e poesia.

Os utentes do Centro de Convívio de A Voz declamaram quadras da sua autoria alusivas a Santo António. Dos centros de convívio da Santa Casa da Misericórdia os utentes exibiram marchas populares e cantigas.

Uma tarde bem passada que terminou com baile popular e lanche.



Obras em Lisboa “Ciclo político” é o culpado

O verão de 2016 ficará na memória de todos os que vivem e/ou trabalham na Cidade de Lisboa por, ao contrário de outras épocas estivais, o tempo despendido em deslocações não ter encurtado, mas sim aumentado. Inúmeras obras, de grande e pequena dimensão, desenvolvidas pela autarquia e por privados transformaram a cidade num estaleiro, com os transtornos inerentes. Manuel Salgado, vereador da Câmara Municipal de Lisboa apontou como culpado destes, o “ciclo político”.

Salgado justificou a sobreposição de datas de obras, em locais como a frente ribeirinha e o eixo Avenida da República–Saldanha–Picoas, com a duração do “ciclo político”, frisando que só agora foi possível iniciar as empreitadas. “Basta pensar o seguinte: o mandato são quatro anos. Entre decidir fazer, encomendar projetos, realizar projetos, rever projetos, lançar empreitadas de hasta pública gastam-se à vontade dois anos. E depois ficam dois anos, um ano e meio para executar as obras”, explicou o autarca.

Apesar de admitir que “há aqui uma sobreposição de obras que poderiam ser mais espaçadas no tempo”, Salgado salientou que, com “esta situação dos ciclos políticos é normal que assim aconteça”.

Até 2017, estão em curso na cidade várias empreitadas significativas, começando na frente ribeirinha (onde se está a requalificar o Cais do Sodré, Corpo Santo, Campo das Cebolas e, mais recentemente, a Rua da Alfândega) e

passando pelo Eixo Central (Avenida da República, Saldanha e Picoas) e pela Segunda Circular. A estas acrescem repavimentações e melhorias de piso, num total de 37 obras em curso em junho, segundo números da autarquia. E várias outras com implicações no tráfego rodoviário como a da urbanização da antiga fábrica de material de guerra em Braço de Prata, a cargo da Lisfundo/Obriverca.

Uma das críticas que têm sido feitas é a de que a sobreposição dos trabalhos está relacionada com as eleições autárquicas do próximo ano, mas Manuel Salgado recusou a ideia: “Não faz sentido nenhum. Tomara eu ter antecipado isto”. “Isto é cumprir o nosso programa, não tem nada a ver com eleitoralismo”, insistiu.

Questionado sobre os impactos e os transtornos causados pelas obras em curso, o vereador da Câmara Municipal de Lisboa afirmou que “há sempre” problemas. “Qualquer um de nós, quando faz obras em sua casa sabe que há ali um período em que há poeira, há barulho, em que se calhar temos utilizar um quarto e prescindir da sala porque estão a fazer obras. E há casos mesmo em que temos de sair de casa”, exemplificou, no que pode ser interpretado como uma alusão a um eventual êxodo dos que vivem e/ou trabalham na cidade de Lisboa, como forma de evitar os impactos.

Acontece que, mesmo que sobre a vontade, à grande maioria faltam as condições exigidas, para escapar aos transtornos causados por dezenas de obras em simultâneo.



TCB já operam no concelho da Moita. TST diz que “é ilegal”

No dia 4 de julho, os Transportes Coletivos do Barreiro (TCB) começaram a prestar serviço rodoviário em alguns locais do concelho vizinho da Moita, com a Transportes Sul do Tejo (TST) a avançar com uma nova providência cautelar.

“Este é o momento de concretizar um esforço de décadas, é um caminho em que se deu o primeiro passo para a sua concretização”, disse o presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Carlos Humberto (PCP). Em dezembro de 2015, os municípios da Moita e do Barreiro assinaram um protocolo de entendimento para alargar o serviço municipalizado dos TCB ao concelho vizinho, nomeadamente na extensão de duas linhas, que vão passar pelas freguesias da Baixa da Banheira, Vale da Amoreira e de Alhos Vedros. Em causa estão as carreiras n.º 1 e 2, que começaram a ligar estas freguesias à zona urbana do Barreiro.

A empresa privada TST avançou com providências cautelares contra as duas autarquias, mas estas foram indeferidas pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada. Carlos Humberto afirmou que a TST avançou com uma nova providência cautelar contra os municípios, referindo que as autarquias vão responder no prazo, que é de 10 dias.

A TST entende que o alargamento do serviço dos TCB é ilegal e prejudica os interesses da empresa na sua qualidade

de operador local em funcionamento há décadas. “Nós estamos seguros a nível jurídico e legal da nossa decisão. Já fomos desafiados pelas autarquias que têm fronteira com o Barreiro a analisar novos alargamentos dos TCB e estamos disponíveis para ponderar, mas sempre dando passos seguros”, afirmou.

Fonte oficial dos TST confirmou à Lusa que a empresa apresentou uma nova providência cautelar contra as autarquias, explicando que as providências cautelares anteriores foram indeferidas “no pressuposto de não existirem ainda factos objetivos iminentes que justificassem prejuízos imediatos para a TST”. “Dado que atualmente a situação passou a ser realidade, a TST não poderia deixar de pugnar pela defesa dos seus direitos. As providências cautelares ainda não estão definitivamente decididas porque foram objeto de recurso, sendo que, como é sabido, é normalmente difícil a uma empresa privada ganhar providências cautelares, porque as entidades administrativas alegam razões de interesse público, mesmo quando este não existe ou não está demonstrado”, explica a empresa.

A TST considera que o alargamento dos TCB à Moita é uma “situação irregular” e que “colide com o atual quadro legal e lesa fortemente os seus interesses [da TST, empresa detida pela empresa alemã Arriva]”.

O presidente da Câmara Municipal da Moita, Rui Garcia (PCP), declarou que o serviço que existia no concelho procurava apenas “uma eficiência económica” e explicou que agora foi possível “quebrar esse domínio”. “Este é um momento importante, em que pela primeira vez parte da população do concelho tem acesso à oferta de um serviço de transporte mais eficiente. Existe tristeza da outra parte do concelho que não tem este serviço, mas este é o primeiro passo que estamos a dar”, afirmou. “Namorávamos com o Barreiro há muito tempo esta possibilidade e o novo regime jurídico abriu uma janela para o alargamento, apesar de ameaçar fechar algumas portas”, disse, acrescentando que “é preciso vencer a batalha jurídica e política”.

Urge cumprir a Constituição da República Portuguesa

Durante várias semanas, o País assistiu a uma campanha sem precedentes a favor de três por cento das escolas privadas do País. Com a cumplicidade da comunicação social dominante, muitos foram as portuguesas e os portugueses que julgaram estar em curso um ataque contra o ensino particular e cooperativo e contra a possibilidade de pais e encarregados de educação escolherem a escola para os seus filhos e educandos. Nem uma coisa, nem outra – o que estava em causa era o financiamento direto do Estado a 79 colégio privados, abrangendo 44.361 alunos do 2.º e 3.º ciclos e do secundário, 3.949 docentes e 1.768 não docentes que por ano e por turma custam 80.500 euros ao erário público (na escola pública, cada turma custa 55.000 euros). Daqueles 79 colégios, 39 vão deixar de receber dinheiro dos contribuintes, uma vez que nas suas imediações existem escolas públicas com capacidade para acolher os alunos.

Os contratos de associação remontam à década de 80 e têm como objetivo assegurar o ensino aos alunos dos ensinos básico e secundário em zonas do País onde a oferta de escolas públicas não é suficiente. A medida foi iniciada por um governo liderado pelo PS e manteve-se até aos nossos dias, embora a oferta de escolas públicas do 2.º e 3.º ciclos e do ensino secundário tenha aumentado consideravelmente e a população estudantil tenha diminuído significativamente, o que levou o Governo de Passos Coelho e Paulo Portas a produzirem nova legislação, ao arripio da Lei de Bases do Sistema Educativo, que possibilitou novos contratos de associação sem condições e sem critérios, e a transferência de muitos alunos das escolas públicas para os colégios com contrato de associação.

Em 2010, a ministra da Educação Isa-



bel Alçada determinou a realização de um estudo, com o propósito de aferir a legitimidade dos contratos de associação. Alçada deixou o Governo de José Sócrates e o estudo acabou por se tornar conhecido em 2013, quando uma reportagem da jornalista Ana Leal para a TVI deu a conhecê-lo e a conhecer a existência de inúmeras irregularidades, das quais sobressaía a existência de escolas públicas a funcionarem paredes meias com colégios privados financiados com o dinheiro dos contribuintes. Colégios esses que, embora correspondam a apenas três por cento do total do ensino particular e cooperativo, sorveram ao Orçamento do Estado (OE), entre 2001 e 2016, 4.464 milhões de euros. No ano letivo de 2015/2016 o Estado gastou 53 milhões de euros com as escolas privadas com contrato de associação e no próximo ano letivo irá gastar cerca de 22 milhões de euros.



Liberdade de escolha

Trajando de amarelo e vindas sobretudo do norte e centro do País, cerca de 30 mil pessoas (de acordo com a organização) manifestaram-se em frente à Assembleia da República pela “liberdade de escolher” a escola para colocar filhos e educandos. Para a comunicação social dominante a “liberdade de escolha” estaria a ser posta em causa, após o anúncio do Governo de António Costa de que iria deixar de financiar 39 dos 79 colégios com contrato de associação e reduzir o financiamento a outros 18.

Falsamente colocado, este conceito de “liberdade de escolha” sobrepôs-se às notícias que iam dando conta das irregularidades verificadas com os contratos de associação e trouxe subjacente a ideia de que a opção pelos colégios deste modo financiados se baseava em critérios de qualidade. Ou seja, a escola privada seria sinónimo de qualidade, algo que escassearia na escola

pública (um estudo promovido pelo Conselho de Reitores das Universidades e envolvendo 15 mil alunos concluiu que os melhores alunos nas universidades portuguesas têm todos como origem a escola pública). E de novo vieram os rankings, os quais se “esquecem” de avaliar o contexto económico e social em que as escolas se situam, até mesmo as condições económicas e sociais dos alunos que acolhem, até mesmo as políticas de educação seguidas pelos governos PS e PSD, com CDS ou sem CDS e as dificuldades colocadas aos que nelas trabalham. Recordar-se que, nos quatro anos de Governo PSD/CDS, 28 mil professores do ensino público foram lançados no desemprego.

A opção das famílias pelo ensino particular e cooperativo é tão legítima quanto a opção pelo ensino público. Mas a “liberdade de escolha” a favor do primeiro não pode ser condicionada pelo facto de este ser financiado com o dinheiro dos contribuintes.

Porque se, como refere a Constituição da República Portuguesa, incumbe ao Estado estabelecer a gratuidade progressiva de todos os graus de ensino, tal só poderá ser assegurado por uma escola pública, universal, democrática e inclusiva, nunca por aqueles que buscam na educação um negócio, tanto mais lucrativo quanto for o Estado a financiar. E a este propósito refira-se que no Algarve não existem contratos de associação e no Alentejo há apenas dois colégios que os têm, em zonas onde, comprovadamente, não há alternativa na rede pública. É no norte, centro e Lisboa e Vale do Tejo que se concentram. E nestas três regiões, o seu grau de dependência do financiamento do Estado é elevadíssimo. Em nenhum dos casos fica abaixo dos 90%.

A.G.



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

CAPÍTULO III Direitos e deveres culturais

Artigo 73.º (Educação, cultura e ciência)

1. Todos têm direito à educação e à cultura.
2. O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva.
3. O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais.
4. A criação e a investigação científicas, bem como a inovação tecnológica, são incentivadas e apoiadas pelo Estado, por forma a assegurar a respetiva liberdade e autonomia, o reforço da competitividade e a articulação entre as instituições científicas e as empresas.

Artigo 74.º (Ensino)

1. Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.
2. Na realização da política de ensino incumbe ao Estado:
 - a) Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito;
 - b) Criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar;
 - c) Garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo;
 - d) Garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística;
 - e) Estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino;
 - f) Inserir as escolas nas comunidades que servem e estabelecer a interligação do ensino e das atividades económicas, sociais e culturais;
 - g) Promover e apoiar o acesso dos cidadãos portadores de deficiência ao ensino e apoiar o ensino especial, quando necessário;
 - h) Proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades;
 - i) Assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura portuguesa;
 - j) Assegurar aos filhos dos imigrantes apoio adequado para efetivação do direito ao ensino.

Artigo 75.º (Ensino público, particular e cooperativo)

1. O Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população.
2. O Estado reconhece e fiscaliza o ensino particular e cooperativo, nos termos da lei.

Artigo 76.º (Universidade e acesso ao ensino superior)

1. O regime de acesso à Universidade e às demais instituições de ensino superior garante a igualdade de oportunidades e a democratização do sistema de ensino, devendo ter em conta as necessidades em quadros qualificados e a elevação do nível educativo, cultural e científico do país.
2. As universidades gozam, nos termos da lei, de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa e financeira, sem prejuízo de adequada avaliação da qualidade do ensino.

Artigo 77.º (Participação democrática no ensino)

1. Os professores e alunos têm o direito de participar na gestão democrática das escolas, nos termos da lei.
2. A lei regula as formas de participação das associações de professores, de alunos, de pais, das comunidades e das instituições de carácter científico na definição da política de ensino.

Artigo 78.º (Fruição e criação cultural)

1. Todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural.
2. Incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais:
 - a) Incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos aos meios e instrumentos de ação cultural, bem como corrigir as assimetrias existentes no país em tal domínio;
 - b) Apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões, e uma maior circulação das obras e dos bens culturais de qualidade;
 - c) Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum;
 - d) Desenvolver as relações culturais com todos os povos, especialmente os de língua portuguesa, e assegurar a defesa e a promoção da cultura portuguesa no estrangeiro;
 - e) Articular a política cultural e as demais políticas sectoriais.

Artigo 79.º (Cultura física e desporto)

1. Todos têm direito à cultura física e ao desporto.
2. Incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto.

“Na AML são os interesses alemães que dominam os transportes coletivos”

Com o atual Governo algumas medidas permitiram reverter processos que visavam essencialmente a privatização total do transporte público. A Fectrans valoriza-as, no entanto, considera que são insuficientes para que o serviço público às populações esteja assegurado. Falta de investimento e de trabalhadores estão entre as principais reivindicações, a par da necessidade de definição de um plano nacional de transporte que privilegie o transporte público.

Do encerramento de serviços às privatizações, os transportes coletivos também têm sido alvo das políticas neoliberais. Porquê?

Porque faz parte do projeto neoliberal a que assistimos há muitos anos. Podemos mesmo dizer que o ataque às nacionalizações começou no momento em que estas foram feitas e com o processo contrarrevolucionário iniciado em 1975/75, surgiu um conjunto de medidas de ataque à componente pública do setor, transformando também este num negócio dos grandes grupos económicos e financeiros. A primeira experiência foi a privatização da Rodoviária Nacional, a grande empresa pública que chegava a praticamente todos os cantos do País e que prestava um serviço às populações em função das suas necessidades. A sua pulverização num conjunto de mais de cem empresas levou a que em muitos sítios (e em praticamente todo o interior do País) o transporte de passageiros passou a ser feito em função do lucro. Se dá lucro faz-se, se dá prejuízo não se faz, a não ser que o erário público pague.

O setor dos transportes tornou-se apenas negócio. É isso?

Deixou de ser entendido como peça fundamental para o desenvolvimento do País e nele impera apenas a área do negócio, para os grandes grupos económicos. Aliás, se olharmos para o que se passa com o transporte rodoviário comprova-se; apesar de existirem mais de uma centena de empresas, estas, no essencial, estão concentradas em três grupos económicos. Ou dois grupos e meio. O grupo Barraqueiro/Arriva (um terço do capital social do grupo Barraqueiro pertence à empresa pública alemã Deustch Bahn que em Portugal opera sob a designação Arriva) que na Área Metropolitana de Lisboa detém o transporte rodoviário, o ferroviário (Fertagus) e o Metro Sul do Tejo, o grupo Arriva (detentor dos Transportes Sul do Tejo) e o grupo Transdev que opera sobretudo no centro e norte do País. Dizer que também nos transportes a empresa Arriva serve para estender os interesses alemães ao setor. Dizer ainda que o Estado paga mais a estas empresas do que aquilo que paga às empresas públicas.

O que é que escapou à “fúria privatizadora” neoliberal na área dos transportes?

Não sendo a correlação de forças favorável, os governos não avançaram para processos de privatização pura e dura, mas foram desenvolvendo um conjunto de medidas que mais tarde ou mais cedo a isso conduzissem ou à privatização de partes das empresas públicas. Isso foi mais visível na CP e na TAP que foram sujeitas a processos de divisão, transformando uma empresa pública em diversas empresas que, embora de capitais públicos, são autónomas. A CP dividiu-se na EMEF, na CP Carga e estas foram privatizadas. Desmembra-se para vender. A ofensiva maior sucedeu nos quatro anos de Governo PSD/CDS que lançou o que ao longo de mais de 30 anos não tinham conseguido, ou seja, desencadear o processo de privatização de todas as empresas, com duas vertentes: as que são lucrativas ou são negócios rentáveis foram vendidas, as que têm que viver à conta de subsídios foram concessionadas.

Privatizar a TAP e a CP não é perder soberania?

Na nossa opinião é. Aliás, vê-se que a TAP deixou de funcionar de acordo com os interesses estratégicos do País e passou a funcionar de acordo com a estratégia do David Neeleman e pelo que vai sendo conhecido a TAP tem servido para salvar os seus negócios que estavam abaixo da linha de água. Nos comboios temos este problema da CP Carga que, na nossa opinião, deixa Portugal sem um instrumento importante para desenvolver políticas de transporte de mercadorias que respondam a um conjunto de compromissos, como a redução das taxas de emissão de CO2, o que só se faz se retirarmos as mercadorias dos transportes rodoviários.

E fala-se muito da necessidade de aumentar as exportações.

E retira-se a capacidade de uma empresa pública, ao serviço do desenvolvimento da economia e do País, de o fazer.

Que avaliação faz das políticas de transportes?

Nunca tivemos e não temos política de transportes. O movimento sindical defende que deve haver um plano nacional de transporte que defina o que cada modo de transporte deve fazer e como se podem complementar entre si e não a lógica que impera de concorrerem entre si.

A Área Metropolitana de Lisboa é um exemplo concreto da ausência de política de transportes.

O movimento sindical defende que tem de haver uma autoridade metropolitana de transportes com capacidade de intervir e de definir políticas, preços, horários, para que não aconteça o que acontece em que pessoas que vivem a 30 quilómetros de Lisboa demoram duas ou três horas para chegar à capital.

Não é preciso viver a essa distância...

Porque as empresas funcionam em função de si próprias, dos seus lucros. É por isso que entendemos que estas empresas têm de ser públicas, caso contrário nunca funcionarão em função das necessidades das populações.

Em resultado das políticas neoliberais, hoje há populações isoladas e trabalhadores desempregados...

E aumento da precariedade. Esse é um problema sério que temos hoje. Consideramos positivo que do atual Governo tivesse havido alguma vontade política para reverter o processo de concessão do Metro de Lisboa e da Carris, tivesse parado qualquer processo de privatização da Soflusa e da Transtejo, que fosse aprovado o fim da Transportes de Lisboa que visou apenas reduzir trabalhadores nas áreas administrativas e técnicas, enquanto se aumentaram os quadros superiores, nalguns casos em mais de dois mil euros. (Diga-se que os trabalhadores de um modo geral estão sem aumentos salariais desde 2009 e carreiras congeladas). Mas é preciso mais. Se não se der resposta a problemas sérios nestas empresas, como a falta de investimento na manutenção e reparação do material circulante, poderemos amanhã voltar a ter em cima da mesa a ideia de que não se concessionou nem se privatizou, porém não se consegue melhorar.



José Manuel Oliveira
Coordenador da Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações (Fectrans)

Mas também há falta de trabalhadores?

Essa é outra questão séria. Ao longo dos últimos anos, houve uma redução cega de trabalhadores em todas as áreas operacionais. No conjunto das empresas Metropolitana de Lisboa, Carris, Soflusa, Transtejo, CP (na região de Lisboa) centenas de serviços são suprimidos diariamente por falta de trabalhadores. Ao impedir as empresas públicas de contratar novos trabalhadores, o anterior Governo não só é responsável pela supressão desses serviços e carreiras, como abriu portas à precarização.

Ou seja?

Por exemplo nas oficinas da CP são admitidos trabalhadores com vínculo precário, através de empresas de trabalho temporário. Ou seja, é proibido admitir um trabalhador para uma empresa pública porque isso aumenta os custos. No entanto, admitem-se empresas de trabalho temporário, inclusive com custos superiores aos de contratar trabalhadores, mas como são custos de aquisição de serviços e não de pessoal, é possível. E paga-se mais para alimentar situações de precariedade. Neste momento, assiste-se à degradação do serviço público que é prestado aos cidadãos. Falta saber se isto não é uma estratégia para vir a justificar as privatizações ou outras medidas, com o argumento de que o Estado não tem capacidade de resposta.

“Nas oficinas da CP são admitidos trabalhadores com vínculo precário, através de empresas de trabalho temporário. É proibido admitir um trabalhador para uma empresa pública porque isso aumenta os custos. No entanto, admitem-se empresas de trabalho temporário, inclusive com custos superiores aos de contratar trabalhadores, mas como são custos de aquisição de serviços e não de pessoal, é possível. E paga-se mais para alimentar situações de precariedade!”

Recentemente foi possível evitar a caducidade dos contratos coletivos de trabalho no Metropolitano de Lisboa, Carris, Soflusa e Transtejo. Qual a importância desta medida?

Nos últimos dias do anterior Governo, a administração destas empresas enviou uma nova proposta aos sindicatos que desencadeava a caducidade dos atuais acordos da empresa. Esta passou a ser uma linha prioritária da nossa intervenção, por entendermos que isso não resolvia os problemas que precisam ser resolvidos relativamente ao serviço público de transportes e acrescentava outro tipo de conflitos. Por isso colocámos a questão ao atual Governo da revogação dessa medida de caducidade e que se iniciasse um processo de negociação normal. Depois de muito tempo, a administração das empresas anunciou que a proposta tinha sido revogada e, neste momento, decorre a negociação do contrato coletivo.

Que avaliação faz a Fectrans das medidas tomadas pelo Governo PS em matéria de transportes?

Valorizamos algumas, porém consideramos que agora não se pode fazer a sua inversão. Se não houver medidas rápidas para solucionar dois ou três problemas centrais, como o da manutenção do material circulante, da falta de trabalhadores e do combate à precariedade, corre-se o risco de, a breve prazo, as populações sentirem uma redução significativa da oferta que é feita em matéria de transportes coletivos.

Ana Goulart



Algo cheira a fénico no reino do Goldman Sachs

Abranhos há muitos, poucos chegam ao topo da mais poderosa entidade financeira mundial. O culminar de uma carreira exemplar onde se palmilharam todas as pedras do oportunismo. O *Cherne* (*) pode ter uma mediana inteligência, mas é fino como um alho. Na universidade militou no MRPP por perceber que aquilo era uma escola de práticas políticas pantanosas propícias ao desenvolvimento de girinos prontos para todas as metamorfoses atingida a fase adulta. Com o que aprendeu passou-se de armas e bagagens para o PSD, no ano em que o partido ficou órfão do fundador. O *Cherne*, peixe predador, soube abocanhar as oportunidades que um partido com aquelas características proporciona a quem melhor sabe nadar nos seus corredores. Com alguma facilidade, dada a conjuntura e os concorrentes, chega a líder do PSD. Sempre atento a não perder chances, é primeiro-ministro quase por acidente. Uma brecha para por em prática o que tinha aprendido na juventude e refinado com o tempo. O grande salto em frente deu-o quando abriu a porta das Lajes aos mandantes que iam decidir o que já tinham decidido. Estava encontrado o mandarete ideal para ocupar o lugar de Presidente da Comissão Europeia, acalmando os seus líderes que se digladiavam com algum furor para encontrar alguém mais perto dos seus desejos. Vencidos pelas conveniências, optaram por dar continuidade ao cinzentismo Romano Prodi. O *Cherne* já tinha no currículo a bênção de Bildeberg e a duplicidade de informar o Presidente da República, que nos Açores se ia procurar um caminho para a paz quando sabia que se ia carregar no botão de arranque da guerra.

A história do *Cherne* à frente da Comissão Europeia não faz história, nem tem relevância. Face visível que a comu-

nicação nacional e internacional, mau grado todas as suas argúcias que virtualizam todos os acontecimentos, registou. A outra face foi, no recato dos gabinetes, intensificar o poder do capital financeiro no espaço da UE. São os anos em que se transfere dívida privada para dívida pública. Quando a banca privada ganha rios de dinheiro com as dívidas soberanas e se instala a dividadura. Episódios em que o Goldman Sachs é omnipresente, colocando os seus homens como Mario Draghi à frente do BCE, manipulando como consultora as contas da Grécia para dar no que deu e agora ser, directa ou por empresas suas subsidiárias, muita activa nas privatizações, na compra de património cultural e natural vendido em saldos. Esse o traço dominante das presidências do *Cherne*. Não havia a Goldman Sachs de recompensar trabalho tão assertivo.

Claro que o *Cherne* sempre foi homem muito preocupado com a lei e a moral. Será sempre o primeiro a repetir estas palavras de um conhecido cidadão norte-americano; “dantes colocavam-se num pedestal, a virtude, a honra, a verdade e a lei. Onde não se obedece a outra lei, a corrupção é a única lei. A virtude, a honra e a lei esfumaram-se nas nossas vidas.” Um exemplo que continuará a nortear a sua conduta agora na Goldman Sachs, cumprindo essas consignas de Al Capone, ditas quinze dias antes de ser preso por fuga ao Fisco.

MAA

(*) *A esposa de Durão Barroso mimou-o, chamando de Chernie. Com tantos paparricos da Goldman Sachs a Durão Barroso, não se podia nem devia deixar de usar esse petit-nom! Seria subtrair açúcar a momento tão significativo e ternurento na vida do doutor.*

Privatização da EGF PS na Câmara de Lisboa vota ao lado de PSD e CDS

A maioria socialista na Câmara de Lisboa rejeitou uma moção apresentada pelo PCP que visava reiterar a tomada de posição contra a privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF). Além do PS e do movimento Cidadãos por Lisboa (integrado na lista do PS), PSD e CDS também votaram contra o documento.

A moção tinha o intuito de “reiterar a posição de que os municípios devem manter-se unidos na luta pela reversão desta privatização, obrigando assim o atual Governo ao cumprimento de um compromisso eleitoral, que se prepara para não cumprir”.

Para os vereadores comunistas Carlos Moura e Manuel Figueiredo, estão reunidas “todas as condições políticas para concretizar a reversão desta privatização, muito negativa para os municípios e para as populações”.

A Valorsul é uma das empresas do sistema multimunicipal da EGF.

Esta última é responsável pela recolha, transporte, tratamento e valorização de resíduos urbanos, através de 11 sistemas multimunicipais (empresas) de norte a sul do País, em cujo capital entram também os municípios, com 49%.

O processo de privatização da EGF desenvolveu-se através de um concurso público internacional, lançado no primeiro trimestre de 2014 pelo anterior Governo PSD/CDS, tendo ficado concluído em julho de 2015 com a aquisição de 95% do capital (que pertencia à Águas de Portugal) por parte do consórcio

SUMA, que integra a Mota-Engil.

O atual Governo prevê no seu programa para a legislatura a reversão do processo, “desde que tal não implique o pagamento de indemnizações ao concorrente escolhido pelo anterior Governo”.

Falando à Lusa no final da reunião camarária privada, o vereador do PCP Carlos Moura frisou ser necessário “exigir ao Governo que cumpra”. Segundo o autarca, “com esta privatização, existe risco de aumento dos custos para o consumidor, o que é impensável”.

Questionado pela Lusa, o vice-presidente do município, Duarte Cordeiro, justificou que a maioria PS votou contra por não concordar “com os fundamentos” da moção.

Já aprovada - com abstenção do PSD e do CDS - foi a celebração de um acordo parassocial entre a Câmara Municipal de Lisboa e as restantes autarquias acionistas da Valorsul, visando assegurar a participação dos municípios na definição das linhas estratégicas da empresa. O acordo parassocial da Valorsul está por assinar desde o início do processo de privatização.

A Valorsul é detida em cerca de 53% pela EGF, em 20% pelo município de Lisboa e em 12% pelo município de Loures. A estes somam-se acionistas como a associação de Fins Específicos AMO MAIS (5,25%) e as Câmaras da Amadora (5,16%), de Vila Franca de Xira (4,61%) e de Odivelas (0,54%).



Sete meses de Governo PS



As legislativas de 2015 ditaram o fim da maioria absoluta dos partidos de direita (PSD e CDS), na Assembleia da República e, em resposta ao repto lançado pelo PCP na noite eleitoral, o PS formou Governo depois de assumir compromissos com o BE, o PCP e o PEV. O balanço da governação socialista tem nota positiva, mas baixinha.

Comunistas, bloquistas e ecologistas apontam as medidas que foram concretizadas pelo Governo de António Costa, no sentido de inverter a austeridade feroz que marcou os quatro anos da governação de PSD e CDS, medidas essas que integraram as posições conjuntas firmadas entre os PS e cada um dos outros três partidos que viabilizaram a aprovação do Orçamento do Estado (OE) para 2016, o qual incluiu parte dessas mesmas medidas.

Reposição dos quatro feriados retirados pelo Governo de direita, redução das taxas moderadoras, redução do IVA na restauração, alteração do cálculo das contribuições dos trabalhadores independentes (vulgo “recibos verdes”), possibilidade das instituições de ensino superior públicas voltarem a recrutar trabalhadores e substituição de algumas bolsas de investigação por contratos de trabalho, redução da taxa máxima do IMI e introdução da cláusula de salvaguarda, não aumento de propinas no ensino superior público, reposição do complemento de reforma aos trabalhadores do setor empresarial do Estado, aumento do salário mínimo nacional, alterações ao regime de proteção na invalidez, aumento do abono de família, do rendimento social de inserção e do complemento solidário para idosos, descongelamento de pensões, reposição do horário de trabalho semanal de 35 horas na administração pública, fim e redução da sobretaxa do IRS, tarifa social de eletricidade alargada a mais famílias, apoio extraordinário a desempregados de longa duração, gratuidade dos manuais escolares do 1.º ano, suspensão dos aumentos das rendas e de despejos no regime de renda apoiada, isenção de imposto único de circulação (IUC) para veículos de proteção e socorro, fim da isenção dos fundos imobiliários em sede de IMI, aumento da contribuição fiscal do setor bancário – eis as medidas com sinal positivo que PCP, BE e PEV destacam do OE 2016.

Dívida, euro e União Europeia

Por ano, só em serviço da dívida (juros e outros encargos) são pagos pelos portugueses oito mil milhões de euros. Para BE, PCP e PEV esta é uma matéria que necessita de urgente intervenção, ou seja, bloquistas, comunistas e ecologistas insistem na renegociação da dívida. Porém, o PS não dá prioridade ao assunto.

As chantagens e pressões da União Europeia (UE) e da *troika*

aquecendo da aprovação do OE 2016 e a ameaça mais recente de sanções por incumprimento do limite do défice de 2015 (ver texto na página 16) — quando a direita ainda estava no poder — vieram demonstrar a pertinência da reivindicação do PCP de colocar um ponto final na submissão aos ditames da UE e do Eurogrupo. Para os comunistas, o controlo da economia e da moeda tem de pertencer a Portugal, sob pena de muitas das medidas essenciais ao desenvolvimento económico e social do País estarem fortemente condicionadas pelas imposições da UE.

Também nesta matéria, o PS, partido no Governo quando Portugal aderiu à então CEE, tem a posição de sempre e irá continuar a “honrar” os compromissos assumidos nos tratados que os portugueses nunca foram convocados a referendar e que, o BE reclama que o sejam agora, particularmente o Tratado ou Pacto Orçamental que obriga o défice dos países a ficar abaixo dos 3%. O PS pelo “respeito” aos compromissos assumidos rejeita a proposta do BE; o PCP e o PEV fazem notar que o que condiciona a soberania nacional é sobretudo o Tratado de Lisboa firmado em 2007 e para o qual os comunistas exigiram um referendo. Agora, para o PCP não se trata de referendar, mas de revogar e para tanto reclama que seja convocada com urgência “uma cimeira intergovernamental com o objetivo da consagração institucional da reversibilidade dos tratados, da suspensão imediata e revogação do Tratado Orçamental, bem como da revogação do Tratado de Lisboa”.



saúde

Aftas na boca

Já toda a gente teve nalgum período da sua vida aftas na boca.

Mas afinal porque aparecem as aftas? Eo que são as aftas?

Aftas são pequenas ulcerações benignas que por vezes aparecem na cavidade bucal, como por exemplo, na língua, gengivas, lábios, garganta. Não são situações de grande gravidade, mas elas podem causar algum desconforto, dificuldade em falar, em comer.

São normalmente esbranquiçadas.

As causas podem ser variadas, desde provocadas pela baixa de imunidade, pelo stress, por transtornos intestinais, por alguns alimentos - chocolate, azeitonas, frutos secos, etc. Também podem ser provocadas por pequenos traumatismos, por medicamentos, tais como os anti-inflamatórios ou outros, ou até provocadas pela tão conhecida bactéria *helicobacter pylori* que provoca as úlceras gástricas.

Normalmente tratam-se facilmente com desinfetantes. Pode também bochechar com bicarbonato de sódio. Pode diluir água oxigenada em água e com uma cotonete colocar na afta.

Deve tomar um complexo vitamínico de vitamina B. Tomar probióticos, para normalizar a flora intestinal. Pode usar alóe.

Enfim há muitas maneiras de resolver este problema.

Se as aftas, mesmo assim, não desaparecerem dentro de três, quatro semanas deve consultar o seu médico e ir ao seu dentista.

Lina Seabra-Diniz
Médica



Antiga Agência Funerária
Domingos & Diniz
Gerência de João Natividade

R. de S^{ta}. Marinha, n.º 4, 1100-491 Lisboa
R. de S. Vicente, n.º 34, 1100-574 Lisboa
T. 218 861 649 F. 218 875 213 TM. 919 311 363

Descontos de 15%
para sócios
de A Voz do Operário

Reposição de freguesias em discussão na especialidade

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) defendeu, num parecer sobre um projeto de lei do PCP, que a reposição de freguesias seja definida até às eleições autárquicas de 2017, embora a matéria deva ser consensualizada com o Governo.

No parecer a que a Lusa teve acesso, a ANMP salienta, “como fundamental, que todo este processo decorra com celeridade, para que o mesmo possa estar consensualizado e concluído de forma a que as próximas eleições autárquicas, a realizar em 2017, possam já realizar-se com um novo mapa das freguesias”. Apesar de integrar um grupo técnico, a convite do Governo, com a missão de definir os critérios para as autarquias avaliarem o processo de fusão/agregação de 2013, a ANMP entende que “numa matéria desta importância é fundamental a existência de um consenso alargado, que envolva a Assembleia da República e o Governo”.

Fonte da ANMP explicou à Lusa que o parecer aponta “no sentido de que os partidos na Assembleia da República e o Governo se entendam” no processo de avaliação da reorganização administrativa territorial das freguesias. A associação considera “adequados os objetivos e procedimentos” propostos no projeto de lei do PCP sobre a reposição de freguesias, “uma vez que se comete às populações, através da pronúncia dos órgãos deliberativos autárquicos, a possibilidade de proporem as soluções mais adequadas para os seus territórios”, lê-se no parecer.

A reorganização administrativa das freguesias, que reduziu as 4.259 freguesias então existentes para 3.092, “teve consequências profundamente negativas junto das populações – perdeu-se a proximidade que caracterizava este nível de poder local”, considera o projeto de lei dos comunistas. Segundo um inquérito pedido pela Associação Nacional de Freguesias (Anafre) à Universidade do Minho, um ano após as extinções, “apenas cerca de 30% das freguesias agregadas consideram não existir «nenhuma divergência» entre os territórios” na mesma união de freguesias.

A proposta quer “consolidar os resultados da «reorganização» que mereceram prévio consenso em ambos os órgãos deliberativos autárquicos”, mas estabelece debates e decisões locais, num prazo de 45 dias, para “propor soluções diversas” das adotadas ou a “simples reposição” de freguesias.

O PCP solicitou a discussão da proposta em plenário no Parlamento, a 30 de junho, juntamente com um projeto de lei do Bloco de Esquerda, também para a reposição imediata de freguesias, com a realização de referendos locais, e uma resolução do PS a recomendar ao Governo o reforço de competências e a avaliação do mapa das freguesias, mas após 2017.

Os dois projetos de lei do PCP e do BE e a resolução socialista baixaram à comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, sem votação, para discussão na especialidade por um período de 90 dias.

O ministro-adjunto, Eduardo Cabrita, explicou no parlamento, a 21 de junho, que o Governo criou um grupo de trabalho com a ANMP e a Associação Nacional de Freguesias (Anafre) para avaliar a reorganização administrativa das freguesias.

“O próprio grupo de trabalho irá contactar todas as freguesias abrangidas pelo processo de reorganização territorial, visando auscultá-las sobre a forma como ele decorreu”, adiantou o governante, admitindo, no entanto, apenas a reposição de freguesias depois de 2017, após a avaliação “visando corrigir erros” da anterior reforma.



Aumentar o salário mínimo fez crescer o PIB

A taxa de desemprego em Portugal deve ficar nos 11,9% no quarto trimestre deste ano e cair para 11,3% no último trimestre de 2017. Quem o diz é a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), no relatório sobre o mercado de trabalho divulgado no início de julho e que revê em alta as previsões para o desemprego português, face à taxa de 12,1% (2016) e 11,5% (2017) divulgada a 1 de junho.

Portugal está entre os dez países da OCDE onde os salários são mais baixos. Em 35 países analisados, a média salarial portuguesa (medida em paridades do poder de compra) é a nona mais baixa, rondando 24 105 dólares (21 755 euros). Em contrapartida, é um dos que têm maior carga horária.

O mercado de trabalho vai continuar a recuperar a longo do próximo ano e regressará aos níveis pré-crise em 2017, apesar do valor dos salários continuar baixo, assegura a organização que reconhece, agora, que “os salários reais caíram consideravelmente” durante a crise na Grécia, Irlanda, Japão, Portugal, Espanha e Países Bálticos. Comparando o crescimento do salário real entre 2000 e 2007 com o período entre 2008 e 2015, uma série de outros países, incluindo a República Checa, Estónia, Letónia, e no Reino Unido, evidenciou uma acentuada desaceleração.

Portugal está entre os dez países da OCDE onde os salários são mais baixos. Em 35 países analisados, a média salarial portuguesa (medida em paridades do poder de compra) é a nona mais baixa, rondando 24 105 dólares (21 755 euros). Em contrapartida, é um dos que têm maior carga horária. O relatório “Perspetivas de Emprego 2016” da organização aponta ainda a fraca qualidade do emprego em Portugal, que se manifesta também na insegurança que os trabalhadores sentem. A crise financeira global afetou a qualidade do trabalho na maior parte dos países da OCDE, mas em Portugal o impacto acabou por ser menor, porque, como refere o documento, por cá “a qualidade do emprego era relativamente fraca antes da crise”.

No que toca ao Produto Interno Bruto (PIB), a organização capitalista também revê as previsões para o ano que vem mas mantém a taxa para 2016. Portugal deve crescer 1,2% este ano e 1,5% em 2017 contra os 1,3% anteriormente previstos.

Para estas estimativas a OCDE argumenta que “o consumo privado vai fortalecer-se devido à quebra no desemprego, ao aumento do salário mínimo e à reposição do poder de compra na função pública”.

França A luta vai continuar

Com 185 votos a favor e 156 contra, o Senado francês aprovou uma versão do projeto da reforma laboral promovida pelo governo que suprime o limite legal das 35 horas semanais de trabalho, passando para 39 no caso de existir acordo em cada uma das empresas. O primado dos acordos de empresa sobre os acordos setoriais é uma das questões que o projeto contempla e que os sindicatos mais fortemente têm contestado.

Embora o governo afirme que, com esta nova legislação, pretende promover a criação de emprego, a maioria dos sindicatos afirma que o projeto está feito à medida dos interesses do patronato, permitindo aumentar a carga horária e a precariedade das condições de trabalho, bem como a facilitação dos despedimentos e a diminuição do valor das indemnizações.

No dia 5 de julho, o documento aprovado regressa à Assembleia Nacional, que tem a última palavra em matéria legislativa. A possibilidade de os deputados aprovarem alterações favoráveis aos trabalhadores é real, mas não se põe de parte a hipótese de o primeiro-ministro Manuel Valls voltar a recorrer a um artigo da Constituição que lhe permite aprovar a reforma por decreto, saltando o debate no parlamento.

A votação ficou marcada por uma nova jornada de luta, com milhares de pessoas a manifestarem-se contra a reforma laboral em várias cidades do país. Em Paris, a mobilização voltou a realizar-se num trajeto condicionado e sob forte dispositivo de segurança, o que levou Philippe Martinez, líder da Confederação Geral do Trabalho (CGT), a afirmar à comunicação social que “estavam

mais controlados do que para entrar num campo de futebol”

A Polícia efetuou cerca de cem detenções, na sua maioria de “caráter preventivo”, alegando que os detidos levavam objetos que “poderiam ser utilizados como projéteis”.

Oposição clara

Pese embora o zelo e os abusos policiais, cerca de 60 mil manifestantes deixaram clara a sua determinação na luta contra o novo pacote laboral na capital francesa. Outras mobilizações, de menor dimensão, ocorreram em cidades como Toulouse, Nantes e Lille.

Para além disto, as sete organizações que integram a frente sindical que se opõe à reforma divulgaram os resultados parciais de um inquérito – a decorrer até 5 de julho – no qual 92% dos 700 mil votantes se mostram favoráveis à retirada do projeto em causa.

O primeiro-ministro Manuel Valls deve reunir-se com dirigentes das forças sindicais, embora já tenha deixado claro que não está disposto a alterar o texto da reforma, nem a iniciar um novo ciclo de negociações.

Philippe Martinez, da CGT, recordou que os sindicatos apresentaram propostas concretas ao governo e disse esperar que as reuniões não sejam “uma visita de cortesia para tomar café”. A frente sindical agendou uma jornada de greves e mobilizações para 5 de julho, dia do início dos debates sobre a “Lei do Trabalho” na Assembleia Nacional francesa.

Fonte: www.abrilabril.pt



Paz. Mediado pelo presidente cubano Raúl Castro, o processo de paz acabou com a assinatura do acordo entre Juan Manuel Santos, presidente colombiano, e Timoléon Jiménez, líder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), no dia 25 de junho, pondo fim a um conflito com mais de 50 anos. Nas ruas da capital Bogotá, a população celebrou efusivamente a paz.

O resultado das contradições da UE

Sob forte pressão e chantagem da UE, dos grandes grupos económicos e financeiros nacionais e transnacionais desta e do Reino Unido e até dos Estados Unidos da América, 51,9% dos eleitores da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte responderam sim à pergunta: “Deve o Reino Unido permanecer membro da União Europeia ou deixar a União Europeia?”.

Com votações diferentes nas diferentes zonas do país – Escócia e Irlanda do Norte em que se desenrolam significativas reivindicações para a independência do primeiro e integração na Irlanda do segundo o “não” recolheu mais votos – o “sim” acabou por congrega o voto sobretudo daqueles que conservam a memória do Reino Unido antes da adesão à UE (1975) e dos que recusam a deriva autoritária e antidemocrática das instituições europeias responsáveis pela arquitetura de um projeto que surgiu para responder às necessidades de assegurar o crescimento dos lucros do grande capital, sob o falso pretexto de uma coesão e justiça social que nunca se verificou e que as

mais recentes políticas de austeridade e empobrecimento dos povos e de ata-

que aos direitos dos trabalhadores vieram revelar à sociedade.

A maioria dos eleitores britânicos deixou igualmente de acreditar na possibilidade de a UE se tornar um espaço comum de progresso e desenvolvimento e de paz, algo caro a um dos povos mais penalizados pelos dois conflitos mundiais ocorridos no século passado.

Mal foram conhecidos os resultados do referendo que acabou designado pela comunicação social por “brenxit”, todos os cenários catastróficos foram concebidos e de novo o povo do Reino Unido sujeito a uma intolerável pressão e chantagem, dando a UE nova prova da sua imensa incapacidade em aceitar as decisões soberanas dos povos.

O resultado do referendo no Reino Unido, porém, corresponde acima de tudo a uma alteração de fundo no processo de integração capitalista na Europa e comprova a justeza da luta dos trabalhadores e dos povos contra uma União Europeia dos grande capital e das grandes potências, bem como, a determinação dos povos e dos trabalhadores no combate por outra Europa de cooperação, de progresso social e de paz.

Tudo em aberto

Após seis meses sem conseguir aliciar outras forças políticas para formar governo, o Partido Popular (PP) voltou a vencer as eleições gerais intercalares em Espanha, realizadas no dia 26 de junho. Acontece que não logrou conseguir a maioria desejada para governar e até pode continuar sem o conseguir fazer.

Dos quatro grandes partidos e coligações – PP, Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), Unidos Podemos (coligação que juntou Esquerda Unida, Podemos e outras formações políticas) e Ciudadanos (C’s) – apenas os populares cresceram em votação e mandatos entre dezembro de 2015 e junho de 2016: 7.215.530 (28,7%) para 7.906.185 (33%) votos e de 123 para 137 lugares do parlamento (no Senado o aumento foi de mais seis lugares).

O PP foi aliás, o único partido que conquistou mais votos em todos os círculos eleitorais, na comparação entre os resultados de 2015 e 2016. Do lado contrário situou-se a coligação Unidos Podemos que perdeu votos em todos os círculos eleitorais, embora tenha conseguido manter 71 deputados no parlamento e tenha sido a força mais votada no País Basco (superando em 2016 o Partido Na-

cionalista Basco) e na Catalunha.

O PSOE também perdeu votos e assentos parlamentares em relação ao escrutínio de dezembro do ano passado – 5.530.693 votos e 90 mandatos em 2015; 5.424.709 votos e 85 mandatos em 2016 – embora tenha visto a sua percentagem crescer de 22% para 22,6%, furto da conquista de mais votos nalguns círculos (Madrid, por exemplo,) e do aumento da abstenção que de 28% em dezembro subiu para 30% em junho.

O C’s foi o partido que registou as perdas mais significativas: cerca de 400 mil votos e oito mandatos no parlamento (tem agora 32), apenas tendo conseguido mais votos no círculo eleitoral das Canárias. Os dois partidos mais à direita, PP e C’s, juntos contabilizam 169 assentos no parlamento, ou seja, menos sete do que os necessários para a maioria absoluta.

Deste modo, o escrutínio do passado dia 26 de junho nada alterou ao cenário político desenhado em dezembro (daí que se derrotados houve foram as sondagens), deixando em aberto a constituição do futuro governo espanhol.

A.G.

Fontes: *El País* e *La Vanguardia*



A GRAVAÇÃO

No dia catorze de maio, o Geronimo Stilton e a sua família (Tea e Esparrela) deslocaram-se à Índia para realizar as gravações de um filme, cujo nome é *O Tigre na grande selva*.

Quando chegaram à Índia, o Esparrela perguntou:

- Quando vamos almoçar?
- Já almoçámos! – respondeu a Tea.
- Quando vamos lanchar?
- Tu só pensas em comida! – disse o Geronimo.

De repente, o realizador do filme chamou-os:

- Já estão preparados?
- Sim!
- Então vamos gravar. As suas posições!

- Geronimo, Tea e Esparrela fazem de conta que estão a dar um passeio pela floresta.

Inesperadamente aparece um tigre esfomeado que os assusta e eles desatam a correr pela floresta dentro. Nesse mesmo momento, o Geronimo encontra uma lança e atira ao tigre em sua defesa. A Tea e o Esparrela ficam aliviados por o tigre ter morrido.

Foi assim que acabou a gravação.

Texto de **GUILHERME SOUSA**
e dos seus pais
4.º ano

Interrogar-se a si próprio: Crianças como a(u)tores de sentido

A interrogação natural das crianças sobre o sentido do mundo surge desde as idades mais precoces. Nesta busca de sentido do mundo com as pontas dos dedos não basta ver um objeto, é preciso entrar em contacto com ele e investigá-lo: agarrar, virar, manipular, tornar a virar, examinar os seus contornos e descobrir as suas formas. É esta investigação inicial que antecipa a intencionalidade do conhecimento. É impossível ensinar alguma coisa a alguém sem que esse alguém se tenha interrogado sobre o que deseja saber sobre um determinado tema.

Progressivamente, as crianças vão-se apropriando de um instrumento muito mais complexo e sofisticado para explorar e negociar o sentido do mundo que é a linguagem. Esta negociação é indispensável para a construção de significados comuns tão necessários para a vivência em democracia. Deste ponto de vista, apesar do desenvolvimento da linguagem ter bases biológicas, este só se realiza plenamente dentro de um contexto comunicativo, afetivo e relacional. No dizer de Platão, o verdadeiro pensamento só existe no diálogo que nasce do encontro entre pessoas. Por isso, nos opomos energicamente a contextos educativos que promovem o silêncio das crianças em prol da voz do adulto.

As crianças devem ser encaradas como sujeitos ativos na construção das suas aprendizagens. Estas aprendizagens devem encorajadas pelo educador e despoletadas pelas crianças em momentos coletivos. O educador, através do inventivo ao diálogo, serve de suporte e orientador à partilha de saberes. Este diálogo exploratório é determinante para que as crianças experienciem o conflito sociocognitivo que potencia a co-construção do conhecimento. Aliamo-nos a Vigotsky ao defendermos que ninguém aprende sozinho. A aprendizagem desenvolve-se sobretudo através da interação com os pares.

Especificamente no que à educação pré-escolar diz respeito, a procura de respostas às interrogações que as crianças colocam transforma-se na procura de sentido para as aprendizagens. Esta busca é materializada sobretudo no desenvolvimento de projetos. Trata-se de responder a uma pergunta, problema ou

curiosidade que elas próprias colocaram e para a qual não conseguiram ainda obter resposta. Estas questões podem dar origem a projetos de estudo/investigação científica, técnico/artísticos ou de intervenção social. Na base do seu desenvolvimento está o desejo de satisfazer uma necessidade de aprender.

Podemos descrever algumas fases do trabalho de projeto. Inicialmente é definido o problema a ser abordado. Posteriormente realiza-se uma planificação estruturada do projeto, onde as crianças partilham as suas conceções sobre o que conhecem da problemática do projeto, e começam por delinear onde e como vão fazer a sua pesquisa, assumindo compromissos entre todos, e decidem como e quando querem partilhar as suas descobertas. Seguidamente passam para a fase de execução do que planearam, que consiste em pesquisar, registar e ilustrar a informação recolhida. Por fim, há um momento de partilha/discussão e avaliação do projeto com as crianças da escola e/ou da comunidade envolvente. Esta comunicação válida o trabalho realizado, na medida em que as crianças que realizaram o projeto refletem sobre o que fizeram e como fizeram. É esta explicitação de como se fez, que permite a construção do conhecimento através da consciencialização do percurso e da sua construção. Existe uma organização e estruturação do pensamento que as leva a potenciar o seu discurso, uma vez que os pares têm que entendê-lo. Estas sentem-se valorizadas pelo trabalho realizado. As crianças que assistem à comunicação descentram-se do seu mundo, formulam questões, e identificam e valorizam qualidades e aspetos a melhorar no trabalho realizado pelos amigos. Esta valorização é um reconhecimento do trabalho realizado, que eleva a autoestima das crianças e que despoleta em cada uma a vontade de melhorar, dando-lhes um sentimento de pertença ao grupo, ao trabalho e à construção das aprendizagens. Todos promovem o sucesso de cada um. A tomada de consciência de que cada um só pode alcançar os seus objetivos se os demais alcançarem os seus promove níveis mais elevados de sucesso. Esta construção começa aqui.

UNA ESCUELA ALTERNATIVA



É de salientar que a participação no projeto pode não envolver todo o grupo, pois este pode não ser do interesse de todas as crianças, e sim apenas de um pequeno grupo. Cada criança é singular e única, pelo que também os seus interesses e desejos o são, e por isso, tal tem que ser tido em conta. As crianças interrogam sistematicamente o mundo e a vida, pelo que há uma procura incessante de dar respostas aos seus desejos e dúvidas. Elas são capazes de adquirir novos saberes com a partilha de informação, fazendo elas, com a ajuda dos outros, a gestão do seu processo de aprendizagem. É nesta prática social que se desenvolvem conhecimentos, criam-se redes de comunicação interpessoais, aprendem-se modos de relações sociais e práticas de trabalho em colaboração e cooperação, muito relevantes no mundo atual. Como o próprio Vigotsky nos lembra, nestas interações sociais, há uma ligação entre as aprendizagens e o desenvolvimento, através da zona do desenvolvimento proximal, determinado pela capacidade que a criança tem para resolver determinado problema sozinha e o que consegue resolver com os seus pares mais capazes. Em todo o processo de aprendizagem a criança toma consciência de si e dos outros. O educador desenvolve-se tomando consciência do seu próprio percurso no apoio ao desenvolvimento de todas as crianças.

Sérgio Gaitas
Diretor Pedagógico

Ana Sousa
Educadora Pré-escolar, Graça

No centenário de Magalhães-Vilhena

Num país sem grandes tradições na filosofia, Vasco de Magalhães-Vilhena (1916-1993), de que este ano se comemora o centenário do nascimento, é nome de vulto. Ao longo de três décadas em que foi obrigado a exilar-se em Paris nunca esmoreceu na luta antifascista. Integrado na ação do PCP no exterior, denunciou corajosa e sistematicamente o regime de Salazar e, desde 1950, atuou no Conselho Mundial da Paz. Com o processo revolucionário do 25 de Abril, pode retornar a Portugal, assumindo uma cátedra na Universidade de Lisboa, da qual se aposentou em 1980, por razões de saúde, sem nunca ter abandonado a luta pelos seus ideais, com uma militância no Partido Comunista Português iniciada em 1930.

Em Paris, na Sorbonne, afirma-se como um filósofo de primeira linha e figura paradigmática no estudo e análise da filosofia antiga, publicando dois estudos hoje considerados clássicos: *Le problème de Socrate* e *Socrate et la légende platonicienne*, editados em português pela Fundação Calouste Gulbenkian em 1984 e 1998. Pelos seus trabalhos nessa área da filosofia foi agraciado, em 1954, com o máximo prémio da Association des Études Grecques, respeitada instituição ligada à Academia Francesa. Na Sorbonne foi destacado investigador do Centre de Recherches sur la Pensée Antique (1946-1974) e do Centre National de la Recherche Scientifique (1947-1967).

Magalhães-Vilhena era também um mestre do pen-

samento marxista com grande influência nos meios intelectuais, tendo organizado nos anos 1956-1960, para a editorial Cosmos, o Panorama do Pensamento Filosófico, obra que marcou e marca gerações, e pelo seu segurríssimo domínio da textualidade de Marx e Engels, como se pode ler na sua intervenção na edição do Manifesto do Partido Comunista (edições Avante!, 1975).

A sua morte deixou um enorme legado de documentos, para lá do que já era do conhecimento público, onde se documenta que a sua obra ultrapassa largamente as fronteiras da erudição académica, própria do especialista que ele foi da filosofia antiga que tem muitos outros desenvolvimentos para além da sua tese de 1949. O filósofo discutiu Bacon e Hegel com pensadores internacionais, polemizou com figuras importantes do pensamento português do século XX. A sua mais conhecida polémica travou-a com António Sérgio, colocando em causa o idealismo neo-kantiano de Sérgio (António Sérgio, o idealismo crítico e crise da ideologia burguesa/Magalhães Vilhena; Seara Nova, 1964). Tematizou questões epistemológicas de interesse contemporâneo, sendo de sublinhar a suas lúcidas análises sobre a ideia de progresso.

Magalhães-Vilhena é mais que um notável erudito. É um cuidadoso filósofo e pesquisador marxista que revolucionou com brilhantismo visões tradicionalmente es-

tabelecidas de um capítulo extremamente significativo da filosofia ocidental.

Deixa uma obra inacabada de grande valia em que avulta um estudo teórico sem título mas com a anotação Ideologia e sociedade; ideologia e ciência; papel da ideologia na direção científica dos processos sociais, texto tão importante como um outro editado em 2004, pelo Centro de Estudos Marxistas (CEM) A dialética do abstrato e do concreto em Karl Marx.

São vários os seus textos inéditos sobre os fundamentos de Marx, Engels e também Lenine que estavam a ser coligidos por dois dos seus discípulos Eduardo Chitas, prematuramente falecido, e Jorge Vasco Tagundes, animadores do CEM, que organiza regulares encontros anuais em Lisboa. Uma parte desses inéditos já foi publicada sob o significativo título Fragmentos sobre Ideologia, por o filósofo não ter tido tempo para os organizar. São reflexões com um conteúdo muito sistematizado que coloca em evidência uma conceção de fundo com nexos e coerência apesar da sua fragmentação.

Magalhães-Vilhena é um dos filósofos mais profícuos no plano da teoria do conhecimento histórico para desenvolvimento internacional da epistemologia marxista.

Neste ano do centenário do seu nascimento é de esperar e desejar que os seus inéditos sejam dados à estampa para enriquecimento do materialismo-dialético.

Arte portuguesa Casa da Achada Jazz em agosto Raduan Nassar

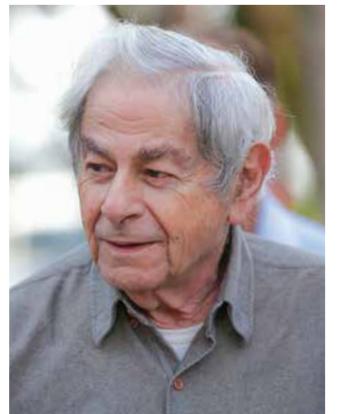
Do advento do modernismo às instalações e performances do século XXI, o Museu Nacional de Arte Contemporânea, mostra a partir do final de junho, cem anos de história dos movimentos artísticos em Portugal. Uma notável exposição que durante um ano dá a ver o fundamental da arte contemporânea portuguesa. Um trabalho a sublinhar, realizado pelo MNAC, que desde 2007 não tem dinheiro para efetuar aquisições e que recorreu a colecionadores privados, a galerias de arte e à coleção da SEC que agora, com ampliação das suas instalações para o espaço antes ocupado pelo Governo Civil, continua controversamente depositada em Serralves.



Como habitualmente em agosto há jazz na Fundação Gulbenkian. Sempre programas de grande interesse que este ano, em que a Fundação comemora o 60.º aniversário, ultrapassa o já esperado. É uma edição que se pode classificar como luxuosa esta 33.ª edição do festival Jazz em Agosto 2016. Entre 4 e 14 de agosto estão marcados, 11 concertos no anfiteatro ao ar livre, três na Sala Polivalente do Centro de Arte Moderna, três documentários, duas conferências e a apresentação de um livro. Um programa que conta com nomes maiores do jazz contemporâneo.



Entre 1975 e 1977, são publicados os seus três únicos livros escritos entre 1960 e 1975. Um romance Lavoura Arcaica, uma novela Um Copo de Cólera, um livro de contos Menina a Caminho. São 600 páginas de escrita luminosa e ímpar que colocam Raduan Nassar entre os maiores escritores de língua portuguesa. A não perder este escritor que aos 50 anos visitava a sua obra completa e ganhou em 2016 o Prémio Camões.



“Portugal deve ser ressarcido, não sancionado”

Face às ameaças da União Europeia de aplicar sanções a Portugal por incumprimento do défice (o défice de 2015 ficou nos 4,4%, em vez dos 2,7% fixados pelo Governo PSD/CDS), a CGTP-IN não só as rejeita como “tudo fará, recorrendo inclusive à luta, para defender e afirmar os direitos dos trabalhadores e do povo e a soberania nacional”.

Orçamental, sem que a UE a ameace com sanções.

A Intersindical refere ainda que “o pretenso «ultimato» da Comissão Europeia representa a condenação da própria política imposta pela *troika* ao longo dos últimos quatro anos e uma confissão do fracasso da mesma no que concerne a dotar Portugal de mais e melhores instrumentos para crescer e se desenvolver”, pelo que



Em comunicado enviado às redações, a Intersindical afirma que “a Comissão Europeia (CE), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Central Europeu (BCE) continuam a não se conformar com o facto do povo português, nas eleições de outubro passado, ter rejeitado a austeridade, rechaçado o fim da política de cortes nos salários, pensões e direitos e exigido a mudança de política” e que disso “é sintomática a estratégia delineada pela *troika*, com o apoio dos seus serviços em Portugal para, através da ingerência e chantagem, perpetuar a exploração, as desigualdades e o empobrecimento dos trabalhadores, do povo e do país”.

Para a CGTP-IN “é inadmissível qualquer tipo de sanção a Portugal” e as ameaças “inserir-se numa nova fase do processo de integração capitalista na União Europeia (UE), em que os valores propalados da solidariedade e cooperação entre Estados iguais em direitos e deveres, deram lugar à aplicação de uma política neoliberal única com a imposição das regras ditadas pelos países mais fortes sobre os restantes”, dando como exemplo a Alemanha, cujos excedentes comerciais violam as regras do Tratado

a central sindical defende que “Portugal deve ser ressarcido, e não sancionado, pelos danos causados pelas medidas draconianas impostas pela CE, BCE e FMI”.

“A inaceitável pressão e chantagem fica também patente na existência de dois pesos e duas medidas, com a UE a ser subserviente perante os grandes países (“a França é a França”) e a ser dura com os pequenos países, ameaçando com a suspensão das verbas do Portugal 2020, numa altura em que é fundamental, nomeadamente o investimento público para a concretização do quadro comunitário de apoio”, indica o comunicado enviado às redações, acrescentando que “este processo não pode ser desligado do crescente descrédito da UE e do desaire que recentemente sofreu com o resultado do referendo no Reino Unido”.

Ao Governo, a CGTP-IN deixa o alerta: “processo de construção de uma alternativa no nosso país não deve abrandar nem pode parar. A tentativa de condicionar o Orçamento do Estado para 2017 tem de ser rejeitada e derrotada. Esta é altura de dar expressão à mudança que o povo exige e o País precisa”.

A Voz do Operário há 100 anos

Fome

“Veio nos jornais a trágica notícia da morte de fome aqui, em Lisboa, na Travessa Detrás dos Quartéis, de duas pobres crianças de cinco e sete anos de idade! Chega a parecer impossível numa cidade onde a Assistência Pública se divide por sete repartições, custando só em ordenados aos empregados 31.882 contos de reis por ano. O provedor à sua parte abiscoita coisa assim como 1.30 contos de reis anuais, fora outras achegas que não são fáceis de esmiuçar. No entanto a miséria alastra... entre os pobres e os miseráveis, já se sabe. Pois é verdade: morreram duas crianças de fome, em Lisboa, sem que pessoas alguma lhes acudisse a tempo e horas!”.

9 de julho de 1916

O Jornal e a guerra

“Por causa da crise do papel que quase atingiu 200% mais caro que o era antes da guerra, a Federação dos Trabalhadores do Livro fez distribuir um manifesto pelas oficinas de Lisboa, convidando as artes gráficas a assistirem a uma reunião magna em que serão debatidos os interesses das mesmas classes. *A Voz do Operário* (...); com uma tiragem de mais de 60.000 exemplares, diminui esta semana para um quarto do seu formato habitual, sendo o cheio quase todo composto a corpo 6”.

23 de julho de 1916

Guerra económica

“Em face do atual conflito internacional, em que os aliados dirimem nos campos de batalha a sua desavença com os impérios centrais, todos os países procuram desenvolver a sua ação comercial, criando novos mercados para a colocação dos seus produtos e procurando quanto possível restringir as suas importações. Assim, afirmam uma verdade aqueles que declaram que à atual guerra, dirimida nos campos de batalha, sucederá a guerra económica, a guerra comercial”.

14 de agosto de 1916

Paparoca nacional

“Vão ser adaptados para o serviço de cozinha e de banquetes a atual copa e subterrâneo da sala de jantar do Palácio das Necessidades. (...) O *sport* da boa janturada foi, nos últimos tempos da monarquia, um dos *sports* mais desenvolvidos entre nós. Passada a quaresma do advento da República, voltámos com novo *entrain* à paparoca nacional. E agora não basta já a sala de jantar – é preciso ainda adaptar as copas e os subterrâneos para conter a massa dos convivas. E contam-nos que existe crise de subsistência!...”.

27 de agosto de 1916